

**FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO RECIFE**

---

**CURSO DE BACHARELADO**

★ ★ ★

**PROGRAMAS DE ENSINO**

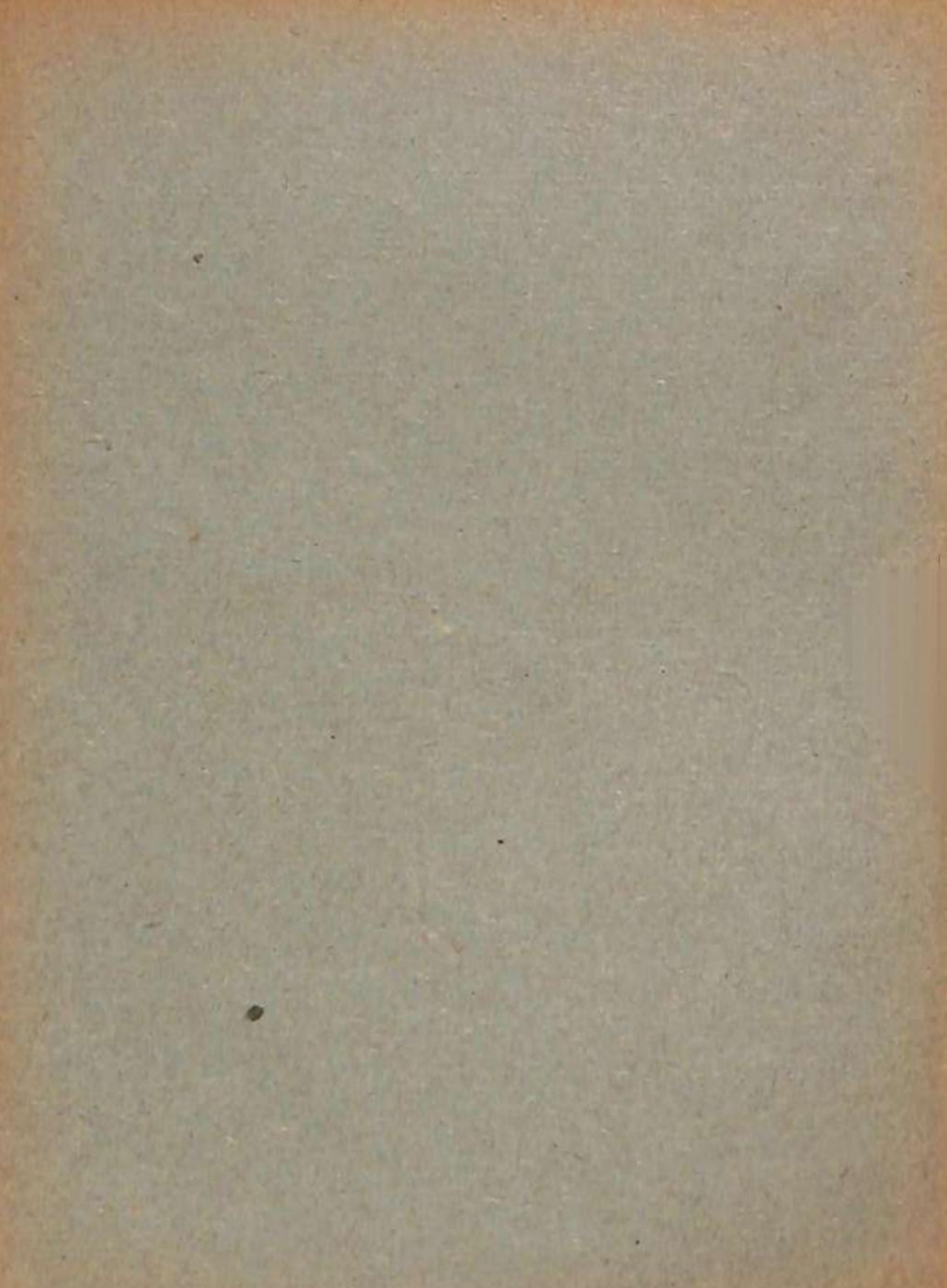
— DO —

**2.º ANO**

★ ★ ★

**Aprovados pela Congregação**

— 1957 —



**FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO RECIFE**

---

---

**CURSO DE BACHARELADO**

★ ★ ★

**PROGRAMAS DE ENSINO**

— DA —

**1.<sup>a</sup> a 4.<sup>a</sup> CADEIRAS**

— DO —

**2.<sup>o</sup> ANO**

★ ★ ★

— 1957 —



## **1.ª CADEIRA DO 2.º ANO**

### **DIREITO CIVIL**

#### **(Parte geral e Teoria geral das obrigações)**

1. Do direito civil e sua posição no quadro geral do direito. Unidade e pluralidade do direito privado. Classificação do direito civil.
2. Das fontes do direito civil. O costume, a lei e a jurisprudência. O código civil.
3. Da lei e suas espécies. Elaboração da lei. Prazo de obrigatoriedade. Revogação.
4. Dos limites da lei no tempo. Retroatividade da lei.
5. Da interpretação, aplicação e integração das normas jurídicas.

6. Dos limites da lei no espaço. Princípios de direito internacional privado no código civil.
7. Do conceito e natureza do direito privado no sentido objetivo. Objeto, conteúdo e extensão da eficácia do direito privado.
8. Do sujeito do direito. Conceito e espécies das pessoas. Pessoas físicas ou naturais. Início da personalidade. Comorientes.
9. Das pessoas jurídicas. Teorias a respeito.
10. Da classificação das pessoas jurídicas. Sociedades ou associações civis, sua constituição, personalidade, capacidade, administração e extinção.
11. Das fundações, sua constituição, personalidade, capacidade, administração e extinção. Registro civil e domicílio das pessoas jurídicas.
12. Do objeto do direito em geral e das cousas em particular. Conceito de coisa. Divisões das cousas juridicamente importantes.
13. Do bem de família.
14. Do nascimento, perda e modificação dos direitos.

15. Dos fatos jurídicos em geral. Atos jurídicos, seus elementos, divisões e requisitos.
16. Dos defeitos dos atos jurídicos: êrro, dolo, coação, simulação e fraude de credores.
17. Da modalidade nos atos jurídicos: condição, termo e encargo. Teoria da pressuposição.
18. Da forma dos atos jurídicos e sua prova.
19. Da nulidade e anulabilidade dos atos jurídicos. Ratificação e conversão.
20. Dos atos ilícitos. Dolo e culpa.
21. Da influência do tempo no nascimento, perda e modificação dos direitos. Prescrição, seu conceito, espécies, fundamento, alegação, renúncia e efeitos.
22. Da suspensão da prescrição, sua natureza.
23. Da interrupção da prescrição, sua natureza, causas e efeitos.
24. Dos prazos da prescrição.
25. Do exercício, concorrência e colisão dos direitos. Violação e proteção dos direitos.
26. Do conceito romano e moderno da obrigação. Elementos da obrigação.

27. Das causas geradoras das obrigações. Declaração unilateral da vontade.
28. Das obrigações civis e naturais.
29. Das obrigações conjuntas, genéricas, alternativas e facultativas.
30. Das obrigações positivas de dar.
31. Das obrigações positivas de fazer e negativas de não fazer.
32. Das obrigações divisíveis e indivisíveis.
33. Das obrigações solidárias. Teorias a respeito. Solidariedade ativa e passiva. Causas e efeitos da solidariedade.
34. Das obrigações puras, condicionais e a termo. Obrigações principais e acessórias, líquidas e ilíquidas.
35. Das obrigações com cláusula penal.
36. Dos modos de extinção das obrigações. Pagamento. Pessoas que podem pagar e receber. Objeto, lugar, tempo e prova do pagamento.
37. Da móra, suas espécies, requisitos, efeitos e cessação.

38. Do pagamento indevido e do pagamento por consignação.
39. Do pagamento com subrogação, espécies e efeitos.
40. Da imputação do pagamento. Dação em pagamento.
41. Da história e conceito da novação. Suas espécies, requisitos e efeitos.
42. Da história e conceito da compensação. Suas espécies, requisitos e efeitos.
43. Da transação, seus requisitos e efeitos. Compromisso.
44. Da confusão e da remissão de dívidas.
45. Da inexecução das obrigações. Perdas e danos
46. Da cessão de crédito, sua história, requisitos e efeitos.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife,  
Janeiro de 1957

a) **Prof. Torquato da Silva Castro**  
Catedrático

- 38. Do pagamento indavido e do pagamento por consignação.
- 39. Do pagamento com autoganhos, espécies e efeitos.
- 40. Da impugnação do pagamento. Dação em pagamento.
- 41. Da história e conceito da novação. Suas espécies, requisitos e efeitos.
- 42. Da história e conceito da compensação. Suas espécies, requisitos e efeitos.
- 43. Da transação, seus requisitos e efeitos. Compromisso.
- 44. Da confusão e da renúncia de dívida.
- 45. Da extinção das obrigações. Perda e danos.
- 46. Da cessão de crédito, sua história, requisitos e efeitos.

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa  
Janeiro de 1987

(Assinatura) Prof. Torquato de Silva Castro  
Calendário

## 2.<sup>a</sup> CADEIRA DO 2.<sup>o</sup> ANO

### DIREITO PENAL

#### (Parte Geral)

1. O crime e a pena em sociologia e na história. Exposição e crítica das teorias sobre a legitimidade e extensão do direito de punir. Crimes naturais e legais.
2. Teorias sobre a gênese da criminalidade.
3. Paralelismo entre as condições sociais, o nível e a forma da criminalidade. Sociometria criminal. Aplicação do cálculo de probabilidades à previsão dos índices criminais. Suposta lei de saturação criminal de Ferri.
4. Substitutivos penais.
5. Aspéctos da criminalidade no Brasil. Rixa, embriaguês, porte de armas, indisciplina. Vingança de honra e de sangue. Fanáticos e cangaceiros.

6. O Direito Penal como ciência autônoma. Subordinação, por contingência, da lei penal ao paradigma político; suas conexões com outras disciplinas jurídicas, especialmente com o direito internacional e o administrativo. O cumprimento da pena como equivalente penal da execução de sentença cível. Ciências criminais: antropologia, antropogeografia, sociologia, sociografia, criminologia, criminalística, medicina legal, psicologia judiciária e penologia. Política criminal.
7. Da chamada escola clássica e seus principais expoentes. Conceito do crime e da pena de acordo com a escola dita clássica. Neo-clássicos e técnicos-juristas.
8. Escola positiva: precursores, Lombroso, Ferri e Garófalo. Concepção dessa escola sobre o crime, o criminoso, a pena e os fatores do crime. Criminoso nato. Estíguas de criminalidade. Pesquisa para a fixação e padronização do ângulo facial dos mestiços-brasileiros. Exercícios práticos.
9. Da terceira escola, suas afinidades e divergências com a escola italiana. Escola sociológica ou francesa. União Internacional de Direito Penal.
10. A periculosidade pré e pós-delitual. Prioridade da legislação brasileira em adotar medi-

- das de segurança contra o estado perigoso predelitual.
11. Classificação de criminosos.
  12. Divisão dos fatos puníveis quanto ao elemento subjetivo. Outras divisões. Crimes de ação pública e privada. Crimes próprios. Crimes militares, políticos e comuns. Crimes instantâneos, continuados, permanentes, formais e materiais.
  13. História da legislação penal brasileira. Ordenações. Código Criminal de 1830. Código Penal de 1890. Leis esparsas. Consolidação das Leis Penais. Projetos, especialmente o de Sá Pereira e suas modificações. Projeto Alcântara Machado. Código Penal de 1940. Código Penal Militar.
  14. Interpretação da lei penal. Exercícios práticos em seminário a cargo do Assistente.
  15. A lei penal no tempo. Anterioridade e retroatividade da lei penal.
  16. A lei penal no espaço. Territorialidade, extraterritorialidade e ultraterritorialidade.
  17. Da responsabilidade criminal. Configuração legal do crime e seus elementos essenciais. Sujeito ativo e passivo; objeto do crime. Terminologia. Crime consumado.

18. Dolo, culpa e preterintencionalidade. Voluntariedade ou automatismo das contravenções. O Código Penal de 1940 e as contravenções.
19. Co-autoria. Associações de malfeitores: par criminoso, comorras mafias, gangs. A cumplicidade e sua posição no Código Penal de 1940.
20. Da tentativa. Tentativa punível e impunível, desistência e arrependimento. Crime impedido, falho, impossível e impraticável. Crime exausto.
21. Causalidade. Teoria das concausas: concausas anteriores, simultâneas e supervenientes.
22. Generalidades sôbre dirimentes e justificativas. Possibilidades de coincidirem dirimentes e justificativas no mesmo caso. Efeitos da prática de ação incriminada na reparação civil do dano, ocorrendo dirimente ou justificativa em favor do agente.
23. O perigo como base das justificativas ou des-criminantes. Efeitos das várias modalidades de perigo na reparação civil de fato incriminado. Semelhanças e características diferenciais da situação de fato que descrimina a ação prevista como crime, quando praticada em estado de necessidade, legítima defesa,

- obediência a superior hierárquico e sob coação irresistível.
24. Alienados e retardados mentais. Desenvolvimento mental incompleto, venenos sociais. Crítica ao art. 22 do Código Penal.
  25. Menores delinquentes: menoridade biológica, mental e social. Doutrina e legislação.
  26. Selvagens. Legislação anterior vigente nas aldeias e reduções dos jesuitas. O Código Penal de 1940 e os selvícolas.
  27. Estado de necessidade. Vicissitudes do instituto através da história e da legislação. Direito vigente.
  28. Legítima defesa própria, alheia, real, putativa e recíproca.
  29. Coação irresistível. Obediência hierárquica.
  30. Estrito cumprimento de dever legal e exercício regular de direito.
  31. Êrro de direito e de fato. Êrro acêrca da pessoa do ofendido. Efeitos sôbre a responsabilidade criminal do autor e do terceiro culpado do êrro.
  32. Agravantes gerais e qualificativas; majorantes.

33. Aula prática sôbre o ponto anterior em seminário a cargo do Assistente.
34. Reincidência. Reincidência genérica e específica.
35. Atenuantes e minorantes em geral.
36. Estudo particular da menoridade, da velhice e da confissão espontânea de crime cuja autoria seja ignorada ou imputada a outrem.
37. Concurso de agravantes e atenuantes. Fixação da pena em todos os casos e especialmente nesta hipótese.
38. Aula prática sôbre o ponto anterior pelo Assistente.
39. Concurso de crimes.
40. Exercícios práticos sôbre o ponto anterior, em seminário, pelo Assistente.
41. Exposição e crítica das penas na história da legislação penal e no direito vigente.
42. Penas principais, accessórias, complementares e paralelas.
43. Crítica histórica da pena de prisão. Sucedâneos da prisão.

44. Notícia dos sistemas penitenciários. Colônias penais, prisões abertas. Patronatos de liberados.
45. Condenação condicional ou suspensão condicional da pena. Variantes do instituto em legislação comparada. Paradigma brasileiro.
46. Livramento condicional.
47. Reclusão e detenção. Domicílio forçado, exílio, local, deportação. Colônias penais nas selvas do Oeste e do Norte brasileiros.
48. Multa. Perda da função pública, interdição de direito e publicação da sentença condenatória.
49. Ação penal pública, privada e mixta. Decadência do direito de queixa e representação. Renúncia à queixa.
50. Efeitos da condenação, especialmente o ressarcimento do dano.
51. Extinção da ação penal e da condenação pelo perdão do ofendido ou prática de ato incompatível com a punição do agente. Justiça do el-rei D. Pedro Crú.
52. Prescrição da ação penal e da condenação.

Momento inicial e prazos da prescrição. Causas que impedem e interrompem a prescrição.

53. Anistia e graça.
54. Reabilitação do condenado.
55. Generalidades, história e legislação comparada acerca das medidas de segurança. Prioridade do Direito brasileiro no assunto.
56. Posição das medidas de segurança no Código Penal de 1940.
57. Requisitos necessários à imposição das medidas de segurança e forma da sua execução.
58. Aplicação provisória, inobservância, substituição e revogação das medidas de segurança.
59. Medidas de segurança patrimoniais.
60. Medidas de segurança detentivas; manicômio, casa de custódia e tratamento, colônia agrícola, instituto de trabalho, de reeducação ou de ensino profissional.
61. Outras medidas de segurança: liberdade vi-

giada, proibição de frequência a determinados lugares, exílio local.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife,  
Janeiro de 1957

a) **Prof. Francisco Barreto Rodrigues Campelo**  
Catedrático



### **3.<sup>a</sup> CADEIRA DO 2.<sup>o</sup> ANO**

#### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

##### **I**

#### **A Ciência do Direito Constitucional**

1. Conceito, objeto e tendência do direito constitucional.
2. As regras do método político.
3. Técnicas e hermenêutica constitucionais.

##### **II**

#### **O Princípio da Supremacia da Constituição**

4. Realidade social e Constituição.
5. Conceito de Constituição.
6. Tipos de constituição.
7. Do poder constituinte.

8. Origem das constituições.
9. As constituições modernas.
10. As causas sociais e econômicas da evolução política brasileira.
11. História constitucional do Império.
12. A 1.<sup>a</sup> República.
13. A 2.<sup>a</sup> República.
14. A Ditadura.
15. A 3.<sup>a</sup> República.
16. O princípio da supremacia da constituição e o controle da constitucionalidade das leis.
17. O princípio da supremacia da constituição e o problema da sua reforma, emenda ou revisão.

### III

#### O Princípio do Federalismo

18. Conceito do Estado.
19. Formas de Estado.

20. Conceito de Estado Federal.
21. Origem do Estado Federal.
22. Regime das relações entre a União e os Estados-membros.
23. A constituição Federal e a organização dos Estados-membros, do Distrito Federal e dos Territórios.
24. Da intervenção federal.
25. Do município.
26. Discriminação de competência entre a União, os Estados-membros e os municípios.
27. Divisão de rendas.

#### IV

### O Princípio Democrático

28. Formas de governo.
29. O conceito da democracia.
30. Tipos de democracia.
31. Formação histórica e desenvolvimento da democracia.

32. A essência do sistema representativo. 20
33. O bicameralismo. 21
34. O regime diretorial. 22
35. O parlamentarismo. 23
36. O presidencialismo. 24
37. Os sistemas eleitorais. 25
38. A representação proporcional. 26
39. O sistema eleitoral brasileiro. 27
40. Os partidos políticos. 28
41. Os partidos na nação brasileira. 29

## V

### O Princípio Liberal

42. O conceito da liberdade. 30
43. Nacionalidade e cidadania. 31
44. Os direitos do homem. 32
45. As garantias constitucionais. 33

46. O júri.
47. O habeas corpus e o mandado de segurança.
48. O Estatuto dos funcionários públicos.
49. As forças armadas.
50. A separação dos poderes.
51. Da segurança nacional.
52. O direito de revolução.

VI

**O Princípio Socialista**

53. O conceito do socialismo.
54. A igualdade diante da lei.
55. Planificação social.
56. A legislação anti-trust.
57. O imposto progressivo sobre a renda.
58. Legislação trabalhista.
59. Assistência social e previdência.

60. Nacionalização e estatização das atividades econômicas.
61. O sindicalismo.
62. Propriedade privada e reforma agrária.

## VII

### **O Governo Presidencial na República Brasileira**

63. A natureza do governo presidencial.
64. Do poder legislativo e seus órgãos.
65. Da câmara dos deputados.
66. Do senado federal.
67. Das atribuições do poder legislativo.
68. Das leis.
69. Do orçamento.
70. O direito parlamentar.
71. Do poder executivo e seus órgãos.
72. Do presidente e do vice-presidente da República.

73. Das atribuições do presidente da República.
74. O decreto e o regulamento.
75. Do veto.
76. Do impeachment.
77. Dos ministros de Estado.
78. Do poder judiciário e seus órgãos.
79. Organização e competência do Supremo Tribunal Federal.
80. Do Tribunal Federal de Recursos.
81. Dos juizes e tribunais militares.
82. Dos juizes e tribunais eleitorais.
83. A justiça do trabalho.
84. Do Tribunal de Contas.
85. A justiça dos Estados.
86. Do ministério público.
87. O problema do júri.

VIII

**As Tendências do Estado Moderno**

88. As diretrizes do Estado contemporâneo.
89. A revolução bolchevista.
90. A estrutura jurídica do Estado soviético.
91. Estado soviético e planificação econômica.
92. O fascismo.
93. A democracia social americana.
94. A república parlamentar francesa.
95. A monarquia socialista e parlamentar inglesa.

IX

**Filosofia Geral do Estado**

96. Forma de governo e concepção filosófica do mundo.
97. Dinâmica social e evolução política.
98. O destino da democracia brasileira.

99. A democracia socialista.

100. O socialismo parlamentar.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife,  
Janeiro de 1957

a) **Prof. Luiz Pinto Ferreira**  
Catedrático



## 4.<sup>a</sup> CADEIRA DO 2.<sup>o</sup> ANO

### CIÊNCIA DAS FINANÇAS

#### Introdução

1. Ação econômica do Estado. Necessidades coletivas. Atividade financeira: caracteres e limites.
2. Ciência das finanças, conceito. Metodologia. O Problema das leis financeiras.
3. Fenômeno financeiro. Teorias econômicas e doutrinas sócio-políticas na sua interpretação.
4. Ciências das Finanças e Economia política. Relação da Ciência das Finanças com outras ciências sociais. Direito Financeiro. Política Financeira. Direito Tributário.
5. Desenvolvimento histórico da Ciência das Finanças. Literatura antiga e medieval. Literatura estrangeira contemporânea.

6. Literatura nacional em matéria econômico-financeira.
7. Problemas modernos e orientações contemporâneas em matéria financeira. Dirigismo financeiro. Planificação.

### PARTE 1.<sup>a</sup>

#### DESPESA PÚBLICA

8. Despesa pública, seu conceito e limites. Despesa pública e despesa privada.
9. Despesa pública, sua classificação. Despesas ordinárias e extraordinárias. Despesas federais, estaduais e municipais.
10. A progressão das despesas públicas. Tendências e teorias. Fatores do aumento. Aumento nominal e aumento real. A compressão das despesas públicas. Financiamento das despesas públicas.
11. Principais categorias de formas concretas de despesas públicas. Despesas constitucionais. da dívida pública, da defesa da justiça e da educação e instrução.
12. Despesas com o funcionalismo público, com

o desenvolvimento da produção e despesas relativas aos serviços de assistência.

## PARTE 2.<sup>a</sup>

### RECEITA PÚBLICA

13. Receita pública, seu conceito. Evolução das receitas do Estado. Classificação. Receitas ordinárias e extraordinárias.
14. As receitas ordinárias de direito privado. Domínio do Estado. Domínio privado do Estado. Domínio da União e dos Estados na Federação. A propriedade territorial do Estado e sua exploração. As florestas. As minas.
15. Receitas do domínio industrial e comercial. As ferrovias. Correios e Telégrafos. A Imprensa Nacional. Bancos. Loteria.
16. Os Monopólios fiscais.
17. As receitas ordinárias de direito público; as taxas, as contribuições especiais, os impostos.
18. Natureza e elementos da taxa. Quantitativo das taxas.
19. As taxas, sua classificação. Sistema de taxas. As principais taxas cobradas no Estado moderno. Processos de cobrança.

20. Contribuição especial. Conceito e fundamento.
21. O imposto. Terminologia fiscal. Natureza e elementos do imposto. Função e fundamento do imposto.
22. Princípios técnicos e jurídicos do imposto. Cânones de tributação. Justiça no imposto. Generalidades e universalidade do imposto. O princípio de igualdade. Isenção fiscal.
23. Postulados econômicos e financeiros do imposto.
24. Princípios administrativos do imposto.
25. A bi-tributação. Dupla tributação internacional.
26. Classificação dos impostos. Imposto direto e indireto. Imposto real e pessoal. Imposto proporcional e progressivo.
27. O problema dum sistema racional de imposto. Imposto único e sistema de múltiplos impostos. Sistemas reais, pessoais e mixtos. Impostos nos Estados unitários e nas formas federativas.
28. Evolução do imposto. A transformação dos sistemas fiscais.

29. Efeitos do imposto. Efeitos psicológicos, morais e políticos.
30. Efeitos econômicos e financeiros. Incidência e translação do imposto. A amortização e capitalização do imposto.
31. Evasão do imposto.
32. Pressão fiscal, seu conceito.
33. Interpretação e aplicação das normas jurídicas impositivas.
34. Contencioso.
35. Política fiscal. Fins da política fiscal.

### PARTE 3.<sup>a</sup>

#### SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

36. O sistema tributário brasileiro, sua evolução. Imposição do Brasil dos tempos coloniais e do Império.
37. Regímen tributário da República. A distribuição dos impostos no regímen da Constituição de 24 de fevereiro de 1891, 16 de julho de 1934, 10 de novembro de 1937 e 18 de setembro de 1946.
38. Organização do sistema tributário brasileiro. Imposto da União, dos Estados e dos Municípios. Falhas do nosso sistema impositivo.

39. Direitos aduaneiros: imposto de exportação e de importação.
40. Da renda, seu conceito. Renda tributável. Imposto de renda e caracteres. Sistemas de imposto de renda.
41. Imposto de renda no Brasil.
42. Imposto de consumo. Justiça e elasticidade no imposto de consumo. Imposto de consumo sobre objetos considerados de luxo.
43. Imposto de consumo no Brasil. Arrecadação e fiscalização. Penalidade e recursos.
44. Imposto de sêlo, seu fundamento. O Imposto de sêlo no Brasil: arrecadação, fiscalização, isenção, multas e recursos.
45. Imposto sobre a propriedade territorial. Bases e processos de fixação de seu assento. Imposto territorial no Brasil. A lei Pernambucana. O imposto predial. Imposto predial no Recife
46. Imposto de transmissão de propriedade inter vivos.

47. Imposto de sucessão sua evolução. A transmissão de propriedade causa-mortis e sua tributação pelos Estados da Federação. Imposto de sucessão em Pernambuco.
48. Imposto de indústria e profissão.
49. Imposto sôbre vendas e consignações.

#### PARTE 4.<sup>a</sup>

#### RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS — CRÉDITO PÚBLICO

50. Do crédito público. Natureza e princípios.
51. Dívida pública, noção e finalidade. Principais espécies de dívida pública. Dívida flutuante e dívida consolidada.
52. Empréstimo. Empréstimo externo e interno. Empréstimo forçado, voluntário e patriótico, perpétuo e amortizável. Negociação de empréstimo.
53. Efeitos econômicos dos empréstimos públicos.

54. Administração das dívidas do Estado sob o ponto de vista técnica financeira. Amortização; conversão e consolidação da dívida pública. A bancarrota e a concordata.
55. Dívida pública brasileira. O serviço da dívida pública. Dívida da União, dos Estados e dos Municípios.
56. Finança de guerra. Dívida de guerra, sua significação. Imposto e empréstimo em tempo de guerra. A emissão de papel moeda para financiamento de guerra.
57. Imposto sôbre os lucros extraordinários e imposto de emergência sôbre o capital.

#### PARTE 5.<sup>a</sup>

#### ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA — ORÇAMENTO

58. Noção de orçamento. Importância jurídica, política e financeira do orçamento.
59. Direito orçamentário: sua evolução na Inglaterra, Estados Unidos, França.

60. Direito orçamentário nacional.
61. Preparação do orçamento. Poder encarregado do preparo. Regras de organização orçamentária.
62. Preparação do orçamento. Método de avaliação das despesas e sistemas de estimação das receitas.
63. Equilíbrio orçamentário. Saldos e deficits. Meios para assegurar o equilíbrio orçamentário efetivo. Requisitos dum bom orçamento.
64. Votação do orçamento. Os poderes do Congresso. Restrições à iniciativa parlamentar em matéria de gastos. Duração do orçamento. Contas de exercícios e de gestão. Conteúdo do orçamento.
65. Execução do orçamento. Registro de tabelas explicativas. Distribuição dos créditos.
66. Execução do orçamento. Estágios da despesa: empenho, liquidação e pagamento.

67. Inexistência de verba. Insuficiência das verbas votadas. A abertura de créditos especiais. Os créditos extraordinários.
68. O contrôle dos gastos públicos. As contas e sua publicidade e fiscalização. Fiscalização administrativa e legislativa.
69. O Tribunal de Contas e sua ação fiscalizadora da administração financeira.
70. O patrimônio público e sua guarda. Inventário dos bens nacionais. O tesouro nacional em função da administração financeira do país.
71. As finanças dos Estados e Municípios, no Brasil. O problema de coordenação das Finanças na Federação.
72. Política financeira e política monetária nacionais. Exposição crítica da situação das finanças brasileiras. Finanças nacionais no regímen monárquico. Finanças nacionais no regímen republicano. O inflacionismo continuado e o da União.
73. Legislação financeira do Brasil. O Código de

Contabilidade pública e sua reforma. A Codificação financeira para os Estados e Municípios. O Código Tributário de Pernambuco.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife,  
Janeiro de 1957

a) **Prof. Luís Sebastião Guedes Alcoforado**  
Catedrático

Constituição de 1934 e para o artigo 1.º do  
Decreto nº 17.000, de 1934, e para o artigo 1.º do  
Decreto nº 17.000, de 1934.

Resolução de 1934 da Universidade de Brasília  
de 1934

Dr. João de Deus Albuquerque  
Catedrático



I  
M  
P  
R  
E  
N  
S  
A

UNIVERSITÁRIA

UNIVERSIDADE DO RECIFE